

Ministério Público vai investigar OSs

Projeto que terceiriza a Saúde e outras áreas do Município de Aracaju conta com a reprovação de vereadores e entidades



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

■ A promotora de Justiça, Euza Missano, da Promotoria da Saúde do Ministério Público de Sergipe - MP/SE - instaurou na última sexta, 24, um inquérito civil para investigar o projeto de lei de qualificação de Organização Social - OS -, aprovado por maioria dos votos, na Câmara de Vereadores de Aracaju, na terça, 21.

De acordo com a promotora, a instauração do inquérito se deu a partir da possibilidade de que essas organizações sociais venham a gerenciar as unidades públicas de saúde, que é tida como uma atividade primária do município.

“Nós já expedimos as notificações para uma audiência no próximo dia 3 de junho. Iremos ouvir a secretária de Saúde, Goretti Reis, representantes da Somese, do Sindimed, do Conselho Regional de Medicina e do Conselho Municipal de Saúde, para que haja instrução desse procedimento administrativo e o MP possa se posicionar”, afirma.

Euza Missano disse que quer entender se, verdadeiramente, a intenção da municipalidade é que essas OSs passem a ser responsáveis pelo gerenciamento das unidades de saúde. “Nós temos que ter muita cautela, porque se trata de saúde pública e de uma atividade fim, que é a prestação do serviço de saúde à população”, comenta.

Ela disse, ainda, que o MP precisa ouvir os depoimentos para então conhecer o que o município pretende fazer com a qualificação dessas OSs. “Nós vamos precisar ouvir as informações da municipalidade, mas se a justificativa for pela colocação de profissionais, de insumos, pela disponibilização dos serviços, isso é atividade primária, atividade fim da municipalidade. Vamos instruir o procedimento e no próprio dia 3, já tomaremos as providências pertinentes”, diz.

O PROJETO

Com a aprovação do projeto, o Poder Executivo vai poder qualificar como Organização Social, entidades constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

No mesmo dia da apreciação e aprovação do projeto

da OS, também foi aprovado na Câmara, projeto de lei que concede incentivo fiscal a empresas do segmento da saúde, ao reduzir a alíquota de ISS de 5% para 2% para hospitais, sanatórios, manicômios e prontos-socorros. Esse é um projeto que já havia sido aprovado no ano passado no Governo de Edvaldo Nogueira, mas que não foi sancionado por ele. O prefeito João Alves teve oportunidade de sancioná-lo no início desse ano, mas também não o fez, preferindo vetá-lo e encaminhá-lo outra vez a Câmara para aprovação neste mês de maio.

O líder do Governo, Manuel Marcos, DEM, disse que votou a favor de uma nova proposta para a saúde. “O que nós acompanhamos é uma catástrofe na saúde de Aracaju, que perdurou por alguns anos. Não sei se OS é a solução, mas é uma alternativa para a gente tentar ver se melhora a qualidade da assistência médica para o povo de Aracaju. E se por acaso não der certo, a gente retira”, revela.

Emília Correa, DEM, disse que não vê como ruim pedir socorro a uma entidade privada, para levar o serviço para quem verdadeiramente merece receber. Segundo ela, o art. 8º do projeto garante a qualquer cidadão a legitimidade para denunciar ilegalidade ou irregularidade praticada pela entidade qualificada nos termos do projeto de lei. “Os vereadores vão poder fisca-

lizar. Porque não fazer este experimento aqui em Aracaju? E se não der certo recuar”, propõe.

Max Prejuízo, PSB, disse que com a OS vai ser possível gerenciar as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs - e a nova maternidade. “Você tem a possibilidade de contratar assim que precise, cobrar um melhor atendimento e dar um resultado a população. Infelizmente este caos que está aí, não pode continuar”, diz.

VOTO CONTRÁRIO

Iran Barbosa, PT, avalia que o projeto fragiliza as relações do poder público com o setor privado, na medida em que transfere as responsabilidades que têm que ser assumidas pelo município no âmbito da educação, da saúde, da cultura, meio ambiente e da pesquisa.

Emerson Ferreira, PT, não considera a OS como uma solução para os problemas de saúde dos aracajuanos. Segundo ele, no Brasil inteiro, essa alternativa não tem dado certo. “Tem uma tese de Administração da Bahia, que mostra que a motivação deles é financeira, apesar da OS ser uma entidade sem fins lucrativos, veja como a coisa é camuflada”, revela.

Lucimara Passos discorda do projeto e critica a forma como ele foi encaminhado. “Entendo que um projeto como esse, votado em regime de urgência, sem nenhum tipo de debate com a sociedade e sem a participação dos mecanismos de controle social é uma forma truculenta e autoritária de administrar”, avalia.

A presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Flávia Brasileiro, disse que ao olhar dos trabalhadores da saúde e dos usuários, o projeto é um retrocesso. “Está sendo alegado aí por uma única visita, a uma única instituição na Bahia, que é um projeto de sucesso. Se qualquer pessoa fizer uma pesquisa rápida sobre OS, vai ver que o número de escândalos e de desvios e falcaturas é muito grande”, diz.

PRIVATIZAÇÃO

A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Roseane Patrício, afirma que o projeto fere totalmente a lei federal do SUS, porque não teve nenhuma discussão com o Conselho. "A Prefeitura ao levar esse projeto adiante está correndo o risco de deixar de receber verbas federais, a partir do momento em que manda um projeto para a Câmara sem passar pela aprovação do Conselho", revela.

O presidente do Sindimed, João Augusto, avalia o projeto como uma decisão plena de privatização dos serviços de saúde. Segundo ele, é um novo modelo de gestão que privatiza a saúde, dando todo o gerenciamento da saúde para um órgão particular. Ele disse, ainda, que o segundo passo das OSs é começar a cobrar do usuário do SUS. "O Estado de São Paulo, que era gerido na sua plenitude por OS, o SUS faliu", dispara. Com relação ao servidor, ele diz que o projeto acaba com a perspectiva de qualquer carreira pública, porque quem vai fazer a contratação é a organização social.

Em nota pública, o Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe - Coren/SE -, seguido por outras entidades da classe da enfermagem sergipana, como a Associação Brasileira de Enfermagem Seção Sergipe, e o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe posicionam-se contrários ao projeto de lei.

SELEÇÃO CRITERIOSA

A Prefeitura de Aracaju, diz que a empresa que for contratada por meio da OS, mediante seleção criteriosa baseada na experiência da empresa, irá se submeter ao cumprimento de obrigações, metas e indicadores de bom desempenho. Essa fiscalização ficará a cargo da Prefeitura, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas e MP/SE.

"Ao contrário do que foi dito, não haverá demissões, mesmo porque, João Alves, em toda sua longa trajetória política, nunca demitiu ninguém, e isso não iria acontecer agora. Os funcionários serão cedidos para a OS, sem perder nenhum dos vencimentos", explica o secretário de Comunicação, Carlos Batalha.

A secretária Goretti Reis disse que a sublocação do serviço através das OSs irá beneficiar diretamente a população que utiliza a saúde pública. "Pela deficiência que temos hoje, será uma medida positiva, principalmente para a população, que tanto está insatisfeita com a atual situação", diz. ■